

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

Prezado Senhor Luis Henrique Kamke,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“(…) Peço, por gentileza, que respondam aos seguintes questionamentos:

1 - Servidor nomeado deve encerrar o vínculo com instituição anterior da Administração Indireta (Sociedade de Economia Mista) até qual momento: a posse, entrada em exercício ou momento posterior?

2 - É permitido ao servidor efetivo do TCE-RJ, no cargo de Analista de Controle Externo, ter participação em sociedade comercial, na qualidade de cotista de sociedade de responsabilidade limitada (LTDA), ou acionista ?”.

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

“No âmbito deste Tribunal de Contas, a Resolução TCE/RJ nº 275, de 25 de março de 2013, em seu art. 11, inciso III, dispõe que não serão atendidos pedidos de acesso à

informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de sua competência¹, previsão que se encontra replicada para a Administração Federal e a Estadual por meio do Decreto Federal nº 7.724/12 e do Decreto Estadual nº 46.475/183.²

In casu, apesar da formatação como pedido de acesso à informação, o presente pleito se traduz como verdadeira consulta jurídica, tendo em vista que é solicitado pronunciamento deste Tribunal de Contas sobre situação – ainda – hipotética³, que demandará análise individualizada.

Isso porque este Tribunal não possui manifestação jurídica para casos semelhantes, seja pelo ineditismo do tema, seja por tratar-se de suposição sobre evento que ainda não ocorreu, o que impossibilita a concessão do acesso à informação.

Desta feita, uma vez que a resposta à solicitação em voga pressupõe a elaboração de manifestação específica, ou, nos termos do art. 13, inciso III, da Resolução TCE-RJ nº 275/13, de “trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações”, o pedido de acesso à informação não pode ser atendido.”

¹ “Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que: I - forem formulados de forma genérica; II - sejam desproporcionais ou desarrazoados; III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade; IV - envolvam informação classificada como reservada, secreta ou ultrassecreta, ou que digam respeito a informações protegidas por sigilo assegurado por lei ou decisão judicial”.

² Conforme arts. 13, inciso III e art. 14, inciso III, respectivamente.

³ Hipótese que, por ventura, pode se tornar concreta.

TCE-RJ

Processo nº 007852-8/21

Rubrica

Fls. 3

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro